

Concepção do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30 expressa na visão de Anísio Teixeira

Clayte de Paula Azevedo¹

Para alcançar o propósito do trabalho, foram analisados três capítulos do livro "Educação no Brasil" de Anísio Teixeira publicado em 1976: Capítulo 3 - A Escola Brasileira e a Estabilidade Social, Capítulo 10 - Duplicidade da Aventura Colonizadora na América Latina e sua Repercussão nas Instituições Escolares e o Capítulo 11 - A Educação e a Sociedade Brasileira. A significação que podem ter as páginas analisadas dos três capítulos do livro "Educação no Brasil", em especial decorre, assim, de que Anísio Teixeira as escreveu como uma testemunha e um participante dos inquéritos, debates e reformas que precederam e acompanharam o grande esforço pela transformação da escola. Anísio Teixeira analisou de modo minucioso nestes capítulos o caráter excludente da educação brasileira e o gargalo (entrada estreita) representado pelo ensino médio "para ele, era ali que se formava a composição da elite intelectual pela base econômica e não por critérios de competência, evidenciando a fratura social do país", provando por a + b quais foram às conseqüências desse modelo de sistema educacional implantado em um país com características tão particulares como o nosso.

Sistema escolar brasileiro

Antes de 30, o sistema educacional da elite brasileira era um sistema particular de ensino secundário, de caráter acadêmico e intelectualista, com veleidades de imitação do sistema francês de ensino, seguido das grandes escolas de profissões liberais, estas, em sua maioria, públicas e gratuitas. Para o povo, havia uma certa quantidade de lugares nas escolas primárias públicas, de onde poderiam estes poucos alunos

RESUMO

O presente trabalho contextualiza o modelo de sistema escolar vigente entre a década de 20 e 30 existente no Brasil. O intuito específico é demonstrar a concepção do Sistema Escolar Brasileiro como selecionador e não formador expressa na visão de Anísio Teixeira, através de análise de certos capítulos do livro Educação no Brasil publicado 1976, que oferece os subsídios para compreender como estava arquitetado este Sistema Escolar, revelando todo o requinte de sua organização, implementado para manter o privilégio das condições sociais e econômicas, acima da capacidade e aptidões individuais, em que a sua distinção real não era de nível intelectual, mas de nível social.

Palavras-chave: sistema escolar; selecionador; não formador.

se dirigir às escolas normais e técnico profissionais, estas mantidas em sua quase totalidade pelo poder público e, portanto, gratuitas (TEIXEIRA, 1976, p. 94-95). Como se pode concluir, o ensino brasileiro existente nesta época não penetrava profundamente nenhuma "grande camada popular" e se caracterizava, perfeitamente, como uma educação de elite, deixando claro o fato da educação não atingir senão os filhos de pais em boa situação econômica nesta sociedade.

O sistema escolar brasileiro estava dividido em dois sistemas educacionais, paralelos e independentes, não dando um passagem para o outro, formando um "Sistema de Ensino Dual", sendo tais sistemas educacionais bem afastados socialmente entre si como Anísio Teixeira nos relata logo a seguir:

[...] ainda mais afastados ficariam, se o primeiro fosse predominantemente particular. E assim se fez, evitando-se, deste modo, qualquer perigo de ascensão social mais acelerada (TEIXEIRA, 1976, p. 272).

Tivemos, assim: um ensino primário gratuito, mas de oportunidades reduzidas, um ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qual-

quer rápido desejo generalizado de ascensão social, e um ensino superior gratuito de caráter extremamente ineficiente. Foi este modesto sistema de segurança educacional, mantido em razoável funcionamento até 1930 (Teixeira, 1976, p. 99-100).

Sistema escolar organizado segundo os padrões europeus, "tais padrões presumiam exigências de caráter social, que passou a ser necessário para se fazer matrícula, como traje (roupas, sapato), livros e também porque se ministrava uma educação diferente do ambiente cultural doméstico brasileiro" como em sua fala a seguir citada Anísio Teixeira deixa bem claro.

Como organizávamos as nossas escolas segundo os padrões europeus e como tais padrões presumiam níveis de educação coletiva e doméstica relativamente altos, comparados aos existentes em nossa população mais baixa, a escola, mesmo a que se designava de popular, não era popular, mas tipicamente de classe média. Não era só a roupa, o sapato, que afastavam o povo da escola, mas o próprio tipo de educação que ali ministrávamos de que não podia aproveitar-se, em virtude da penúria do seu ambiente cultural doméstico (TEIXEIRA,

1976, p.273).

O "padrão europeu", cuidadosamente mantido, servia assim para limitar a participação popular à própria escola popular. A escola primária e a escola normal prosperavam, mas como escolas de classe média; a escola acadêmica e o ensino superior ficavam ainda mais restritos, destinando-se predominantemente a grupos da classe superior alta. Abaixo dessas classes média e superior, dormitava, esquecido, o povo (TEIXEIRA, 1976, p. 273).

Não tivemos expansão, mas a imobilidade social ficando assegurada do modo acima exposto, ou seja, retirando-se qualquer atrativo ao sistema popular de educação, destinado a manter cada um dentro de seu status social, e transferindo à órbita privada ao sistema acadêmico, pela sua escola secundária de elite, a fim de que não fosse acessível senão aos que tivessem recursos (TEIXEIRA, 1976, p. 272-273). A educação brasileira, para Anísio Teixeira, refletia, os modelos dos quais se originou. Em linhas gerais, a filosofia da educação dominante nesta época é a mesma que veio da Europa. Para Anísio Teixeira, na medida em que nos fizemos autenticamente nacionais e

tomarmos plena consciência de nossa experiência, iremos elaborando a mentalidade brasileira e com ela a nossa filosofia e a nossa educação.

A verdade é que a escola, como instituição, não pode verdadeiramente ser transplantada. Tem de ser recriada em cada cultura, mesmo quando essa cultura seja politicamente o prolongamento de uma cultura matriz (TEIXEIRA, 1976, p. 268).

A partir do gráfico desenhado, retrata-se todo o requinte da arquitetura de organização do sistema escolar brasileiro na visão de Anísio. Pela linha tracejada no centro desse gráfico se observa a divisão do sistema escolar brasileiro em dois sistemas educacionais paralelos e independentes, onde um não oferece possibilidade de passagem para o outro, formando o então "sistema de ensino dual", demonstrando assim como um modelo de sistema escolar importado de uma outra realidade foi implantado em nosso país sem considerar as características sociais da grande maioria de sua população, com a função de manter o privile-

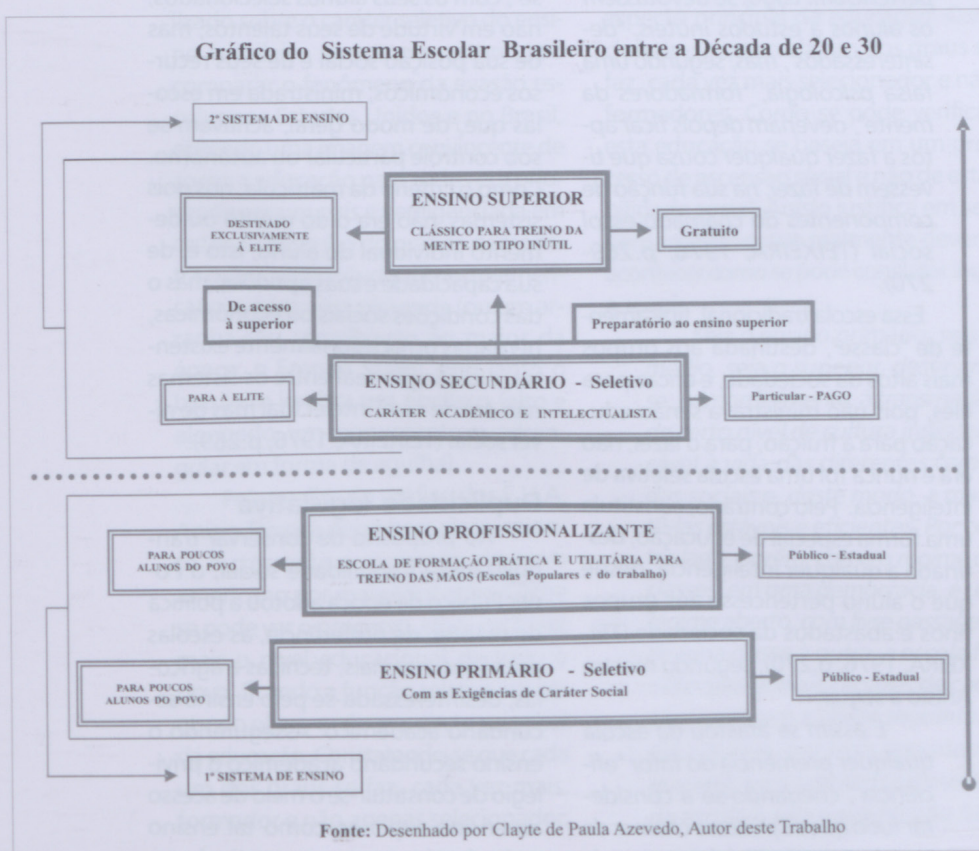
gio e limitar à participação popular.

1º Sistema de Ensino entre a década de 20 e 30

Como se pode observar o gráfico desenha com clareza de detalhes como estava arquitetado a constituição do primeiro sistema de ensino, destinado a educação da classe popular, com a amplitude que fosse possível, fechando assim sua possibilidade de ascensão social. Na base do gráfico esta desenhada a escola primária, de razoável organização, embora de proporções reduzidas, com exigências de caráter social tais como trajés, livros e alto nível de cultura doméstica, sendo esta escola então preparatória e seletiva ao próximo nível ou seja para a escola profissionalizante. No segundo nível do gráfico esta desenhada a escola profissionalizante que se caracteriza como escola profissional ou prática "escola popular e de trabalho" para "treino das mãos", da formação prática e utilitária para o magistério, para as ocupações manuais, para as atividades comerciais, técnicas e agrícolas, que logo vem a se subdividir em escola normal de formação para o magistério e em escola técnico profissional de formação para as atividades técnicas sendo esta a escola mais cara, pois requer oficinas, laboratórios e aparelhagem de alto custo. Este primeiro sistema de ensino era mantido pelo estado ou o poder público logo era gratuito.

Este sistema estadual organizou-se predominantemente como um sistema da pequena classe média, com a escola primária transformada em escola seletiva, por serem poucas e devido a exigências de caráter social que passou a fazer para a matrícula, tais como traje, livros etc. Destinando-se a "graduar" alguns poucos alunos e não a todos dar uma educação mínima comum. Sendo de poucos era, ela própria, uma escola de promoção social (TEIXEIRA, 1976, p.301). Esta escola primária, afastava os alunos mais pobres, pela filosofia de escola de preparo para a educação pós-primária, fosse a escola média estadual ou a própria escola secundária acadêmica. O objetivo de educação comum para todos virtualmente desaparecera. Com um sistema bastante estrito de aprovação,

Gráfico do Sistema Escolar Brasileiro entre a Década de 20 e 30



Fonte: Desenhado por Clayte de Paula Azevedo, Autor deste Trabalho

se eliminava uma parcela considerável de alunos, devotando-se então aos poucos que iriam continuar a educação (TEIXEIRA, 1976, p.301).

2º Sistema de Ensino entre a década de 20 e 30

Observando logo acima da linha tracejada no centro do gráfico, encontra-se o desenho com riqueza de detalhes de como estava arquitetado a constituição do segundo sistema de ensino, destinado exclusivamente para a educação da elite, caracterizado como sistema da classe dominante, pequeno e homogêneo. Pelo desenho localizado no terceiro nível do gráfico se observa que o segundo sistema de ensino estava constituído por um pequeno, reduzido e modesto ensino acadêmico e intelectualista, formando a escola secundária, predominantemente de organização privada logo paga de acesso restrito ao quarto nível de ensino. No topo do gráfico, último nível de ensino se encontra o desenho da escola superior com seu ensino clássico para treino da mente do "tipo inútil", de organização pública logo gratuita.

Marcada pelo espírito de privilégio era o ensino secundário do tipo "curso preparatório" logo sistema mais barato, sendo predominantemente particular, portanto pago. Graças a tais circunstâncias, se consegue manter reduzidas as oportunidades educacionais destinadas a permitir efetivamente a ascensão social, limitando a escola secundária preparatória ao ensino superior, aos alunos que já se encontravam em certas camadas da sociedade, não podendo os demais frequentá-la, por falta de recursos econômicos ou por falta de condições prévias de educação doméstica e social (TEIXEIRA, 1976, p.273).

A educação secundária, sobretudo a superior, não visavam senão à cultura geral, ou se quiserem, teórica, isto é, uma cultura da palavra, da enunciação verbal de problemas e soluções, tal educação se pode fazer por meio do professor e do livro de texto, em tempo parcial (TEIXEIRA, 1976, p.96), como se pode constatar logo a seguir.

Por isto mesmo, a educação secundária e, sobretudo, a superior, era uma educação de tempo

parcial, servida de professores eminentes, mas, em sua maioria, de cultura geral, relativamente pouco especializados, o que dava às próprias escolas superiores profissionais um ar de academias de cultura do espírito, um tanto ornamentais e um tanto divagantes e verbalísticas, salvas as poucas exceções de expoentes destacados, tanto na cátedra, quanto na prática profissional, nos setores de direito, medicina e engenharia (TEIXEIRA, 1976, p. 95).

Estavam caracterizadas como escola acadêmica ou clássica para treino da mente do tipo inútil, dominava a filosofia educacional dos estudos "desinteressados" ou não práticas mas supostamente formadoras do homem "culto" como se pode concluir a seguir.

Tal filosofia era a de que quanto mais supérfluos fossem os estudos escolares, mais formadores seriam eles da chamada elite que às escolas fora confiada. Não se sabia o que seus alunos iriam fazer, salvo que deveriam continuar a integrar as classes abastadas a que pertenciam. Logo, se devotassem os alunos a estudos inúteis, "desinteressados", mas, segundo uma falsa psicologia, "formadores da mente", deveriam depois ficar aptos a fazer qualquer coisa que tivessem de fazer, na sua função de componentes do chamado escol social (TEIXEIRA, 1976, p.269-270).

Essa escola tradicional, tipicamente de "classe", destinada aos grupos mais altos da sociedade, e eficaz para eles, pois não ministrava senão educação para a fruição, para o lazer, não era e nunca foi uma escola seletiva de inteligência. Pelo contrário, constituía uma forma especial de educação, destinada a qualquer inteligência, desde que o aluno pertencesse aos grupos finos e abastados da sociedade (TEIXEIRA, 1976, p.270), segundo mostra Anísio a seguir.

E assim se afastou da escola qualquer premência do fator "eficiência", chegando-se a considerar tudo que se pudesse chamar de "prático" ou "utilitário" como de pouco educativo. A escola acadê-

mica", isto é, supostamente treinadora do espírito e da inteligência, passou a ser algo de vago, senão de misterioso, educando por uma série de "exercícios", reputados de ginástica mental, ou pelo ensino de "matérias" reputadas especialmente dotadas de "poderes educativos", estas para o treino da memória, aquelas, da imaginação, outras, da observação, e deste modo capazes de produzir peritos do intelecto ou da sensibilidade. Por isto mesmo que buscava resultados tão abstratos e tão ilusivos, não podia desenvolver critérios severos de eficiência. Os resultados só viriam a ser conhecidos mais tarde, na vida, quando os respectivos ex-alunos, vinte ou trinta anos depois, vitoriosos em suas carreiras, por motivos absolutamente diversos, apontassem para o latim distante ou os incriveis exercícios de memória e dissessem que tudo deviam àquela escola, aparentemente tão absurda e, no entanto, tão miraculosa (TEIXEIRA, 1976, p.270).

Em meio a este cenário, continuava a existir a "outra" educação, a de "classe", com os seus alunos selecionados, não em virtude de seus talentos, mas de sua posição social e de seus recursos econômicos, ministrada em escolas que, de modo geral, achavam-se sob controle particular ou autônomo. Como o critério da matrícula, nos dois sistemas, não era o do mérito ou demérito individual do aluno, isto é, de sua capacidade e suas aptidões, mas das condições sociais ou econômicas, herdadas ou ocasionalmente existentes, a distinção real entre os sistemas não era de nível intelectual mas de nível social (TEIXEIRA, 1976, p.269).

Duplicidade legislativa

No propósito de conservar tranquilizadora imobilidade social, o Poder Público da época adotou a política de manter, de preferência, as escolas primárias, normais, técnicas e agrícolas, desinteressada-se pelo ensino secundário acadêmico. Assegurando o ensino secundário acadêmico o privilégio de constituir-se o meio de acesso ao ensino superior, como tal ensino seria predominantemente particular e, portanto, pago, acreditou-se ser isto

suficiente para limitar a sua matrícula às classes mais abastadas do país.

O estado julgava que não criando escola de ensino secundário, poderia conter a pressão social para o acesso às mesmas. Tal duplicidade legislativa deu resultado oposto ao visado. A grande maioria dos alunos das classes modestas, mas ascendentes, precipitou-se em grande afluxo para as escolas secundárias. Mas, não reparou que, embora quase não mantivesse, as escolas particulares, quantas aparecessem (TEIXEIRA, 1976, p.278).

Por não refletir que, dada a organização da escola secundária e, sobretudo, a sua mantida filosofia de escolas apenas para um suposto "treino da mente", tal escola podia ser barata, enquanto as demais escolas para "treino das mãos", digamos as escolas profissionalizantes, seriam sempre caras, pois requeriam oficinas, laboratórios e aparelhagem de alto custo (TEIXEIRA, 1976, p.278).

Extensão e Volume da Educação nos E.U.A. e no Brasil: O Argumento em que Anísio Teixeira Prova por "a + b" a Exclusão Escolar Brasileira entre a Década de 20 e 30

Anísio Teixeira em seu estudo realizado sobre o caráter seletivo do ensino brasileiro se tornou notório, ao comparar o fenômeno da evasão escolar nos Estados Unidos e no Brasil, obtendo uma imagem convincente de como a educação para todos era priorizada em um país e negligenciada em outro. O desenho do gráfico demonstra que o perfil estudantil norte-americano sugere uma pirâmide (ou um arranha-céu semelhante ao maior da época, o Empire State), enquanto o brasileiro lembra um obelisco (alto e alongado, um monumento quadrangular em forma de agulha).

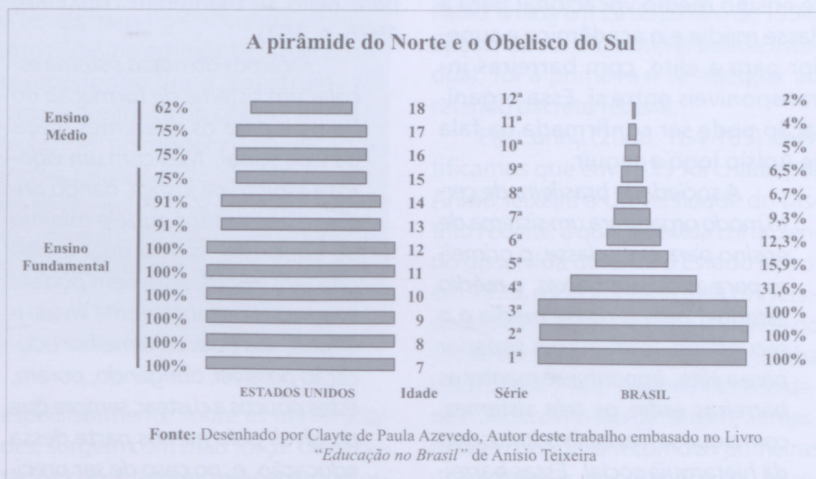
Pela análise do gráfico dos E.U.A. Anísio Teixeira deixa bem claro, quanto é crescente a aspiração do povo americano por mais educação. Como se pode ver o processo, eleva cada vez mais o nível educacional de todo o povo, ficando a função seletiva em segundo plano e não o aspecto principal da educação. Constatando-se que cada um dos graus se faz, cada vez mais, formador e não apenas selecionador.

Com efeito esta educação é um processo de estabilidade social e apenas secundariamente de ascensão social (TEIXEIRA, 1976, p. 90).

Em contrapartida a situação educacional brasileira na época (década de 30), apresenta-se como uma pirâmide, em que a base não chega a ter consistência e solidez de tão frágil que é, logo se afilando, mais a maneira de um obelisco do que mesmo de uma pirâmide (TEIXEIRA, 1976 p.80), como

damental. Se for desviada deste mais importante objetivo, a escola deixará de exercer a sua função primordial, que é a de ser a grande estabilizadora social, para se fazer até uma das causas de instabilidade social (TEIXEIRA, 1976, p.92).

A educação escolar é uma necessidade, em nosso modelo de sociedade, porque não há nível de vida em que dela não precisemos, logo, a sua função é em primeira a de nos permitir



se pode constatar pela análise do gráfico do Brasil, o processo, diminui cada vez mais o nível educacional de todo o povo, ficando a função seletiva como aspecto principal da educação. Concluindo-se que cada um dos graus se faz, cada vez mais selecionador e não formadores. Como se pode verificar esta educação se baseia em um processo de ascensão social e não de estabilidade social. Anísio justifica em seu pensamento o que realmente deveria acontecer como se pode constatar logo a seguir.

Seja o ensino primário, seja o médio, seja o superior, destinasse, primordialmente, à transmissão de certo nível de cultura indispensável à vida das diferentes camadas sociais e, deste modo, a mantê-las estáveis e eficientes. Por outro lado, porém, como o regime de classes, em uma democracia, é um regime aberto, com livre passagem de uma classe à outra, a escola facilita que os mais capazes de cada classe passem à classe seguinte. É esta, porém, por mais importante que seja, uma função suplementar da escola e não a sua função fun-

viver eficientemente em nosso nível de vida e, somente em segundo lugar a de nos permitir atingir um novo nível, se a nossa capacidade assim o permitir (TEIXEIRA, 1976 p. 92). Para Anísio é o êxito que deve ser considerado, destaque em seu pensamento logo a seguir.

É pelo êxito na sua missão formadora que a educação se constitui uma força estabilizadora e pela capacidade de encorajar os mais capazes a prosseguir em seus estudos, que se faz uma fronteira de oportunidades para o progresso individual e a ascensão social e, como tal, uma força de renovação. As duas funções da escola, a de estabilidade e a de renovação, devem ser cumpridas, mas sem se prejudicarem. O equilíbrio entre elas é uma condição de boa saúde social (TEIXEIRA, 1976, p. 90-92).

Se toda a educação escolar visar sempre a promoção social, a escola se tornará, de certo modo, um instrumento de desordem social. E este será o mais grave defeito de todo o sistema escolar, fazendo-se como um simples sistema seletivo (TEIXEIRA, 1976, p.92).

Conseqüências do modelo de sistema escolar implantado

A intenção do sistema escolar brasileiro era a de prover as necessidades educativas da sociedade, sem lhe alterar a estrutura social, confiando a distribuição de cada educação às estritas necessidades de cada classe. Inicialmente, tentou-se um sistema dual e, depois, um sistema triplo, com a escola primária mínima para o povo, o sistema de ensino médio vocacional para a classe média e o acadêmico e superior para a elite, com barreiras intransponíveis entre si. Essa organização pode ser confirmada na fala de Anísio logo a seguir.

A sociedade brasileira de certo modo organizara um sistema de ensino para cada classe, o primeiro para as classes baixas, o médio estadual para a classe média e o secundário acadêmico e superior para a elite. Impunha-se manter as barreiras entre os três sistemas, com o que se manteria o status quo da hierarquia social. Essas barreiras seriam o "exame seletivo de admissão" ao ensino secundário acadêmico, a proibição de transferência entre o ensino médio estadual e o secundário acadêmico e a interrupção do ensino estadual médio nesse nível, sem possibilidade de acesso ao superior (TEIXEIRA, 1976, p. 302).

De tudo isto resultou que o país empenhado em um sistema triplo de educação, um para cada classe, veio a defrontar-se na década de 50, com um sistema único, compreendendo escola primária, escola média vocacional, escola secundária acadêmica, todas visando como objetivo final o acesso à universidade. A massa de alunos que chegou à escola primária sofre um processo de eliminação até reduzir-se a um quinto, que ao procurar ingressar no ensino médio, sofre um novo processo de eliminação, pelo qual os que concluem o curso se julgam com direito à admissão na universidade. Estes constituem, com efeito, um grupo superselecionado por eliminação mais do que por mérito, que vai afinal educar-se e gozar dos privilégios de elite social (TEIXEIRA, 1976, p. 305-306)

Considerações finais acerca do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30

Sistema aberto de classes, permite-se que os mais capazes possam ascender às classes superiores seguintes. Mas não um sistema "regular de ascensão social pela educação", não ministrando a educação adequada às classes populares e suprimindo das classes médias e superiores o senso do sacrifício e do esforço necessário para nelas se manterem (TEIXEIRA, 1976, p. 107).

Façamos do nosso sistema escolar um sistema de formação do homem para os diferentes níveis da vida social. Mas com um vigoroso espírito de justiça, dando primeiro aos muitos aquele mínimo de educação, sem o qual a vida não terá significação nem poderá sequer ser decentemente vivida e depois, aos poucos, a melhor educação possível, obrigando, porém, estes poucos a custear, sempre que possível, pelo menos parte dessa educação, e, no caso de ser preciso ou de justiça, pelo valor do estudante, dá-la gratuita, caracterizando de modo indistigável a dívida que está ele a assumir para com a sociedade. A educação mais alta que assim está a receber não lhe dá direito nem o faz credor da sociedade, antes lhe dá deveres e responsabilidade, fá-lo o devedor de um débito que só a sua produtividade real poderá pagar (TEIXEIRA, 1976, p.107-108).

Anísio Teixeira defendia a reorientação da escola para que a mesma se fizesse uma escola de trabalho e de preparo real e não apenas de atividades rituais para o diploma. Defendia antes de tudo a redistribuição dos recursos para a educação, estabelecendo-se a prioridade da gratuidade do ensino popular universal e o custeio do ensino pós-primário e superior em parte com recursos públicos e em parte com recursos do estudante, salvo se lhe não assistirem condições para tal e houver obtido a matrícula em concurso público feito em escolas oficiais (TEIXEIRA, 1976, p. 108). Anísio Teixeira deixa bem claro em seu discurso o que esclarecemos no parágrafo anterior, como se pode constatar a

seguir.

Bem sei quanto é difícil criar, entre nós, um tal espírito. Muitos dirão que será mesmo impossível. Persisto em crer o contrário. Os nossos jovens das escolas superiores podem não possuir a consciência perfeitamente nítida de quanto são privilegiados. Mas, é indiscutível que os agita um certo senso de dever social. Esclarecimentos como estes que estive aqui a procurar prestar juntar-se-ão a outros, até que se forme a consciência necessária para as duas reformas indispensáveis: a reorientação da escola para que a mesma se faça uma escola de trabalho e de preparo real e não apenas de atividades rituais para o diploma, e a redistribuição dos recursos para a educação, estabelecendo-se a prioridade da gratuidade do ensino popular universal e o custeio do ensino pós-primário e superior em parte com recursos públicos e em parte com recursos do estudante, salvo se lhe não assistirem condições para tal e houver obtido a matrícula em concurso público feito em escolas oficiais (TEIXEIRA, 1976, p.108).

Em todos os países democráticos, os sistemas escolares tendem assim a constituir um único sistema de educação, para todas as classes, ou melhor, para uma sociedade verdadeiramente democrática, isto é, sem classes fechadas, em que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais para se educarem e se distribuírem, depois, pelas ocupações e profissões, de acordo com a capacidade e aptidões individuais demonstradas e confirmadas (TEIXEIRA, 1976, p. 272).

Autor

¹ Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - PPGE/UFMT, na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, Grupo de Pesquisa Educação Jovens e Democracia -EJD, bolsista da CAPES. Contato: claytedepaula@yahoo.com.br

Referências bibliográficas

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional - MEC, 1976.